

Listagem 4 – Instrumentos normativos e documentos de referência relativos à população LGBT, nas esferas federal, estadual e municipal, na área de saúde.

GOVERNO FEDERAL

PLANOS E PROGRAMAS

- Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre gays, outros homens que fazem sexo com homens (HSH) e travestis.
- Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST.

PROJETOS

- Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação.
- Saúde e prevenção nas escolas: diretrizes para implementação do projeto.

LEIS

- Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental”, que prevê, em

seu art. 1º: "Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra" (grifo nosso).

- Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que "dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências".
- Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências".

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que "dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde".
- Portaria Normativa nº 03, de 30 de julho de 2009, que "estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo, inativo, seus dependentes e pensionistas e dá outras providências".
- Resolução CNS nº 410, de 12 de fevereiro de 2009, que "institui a Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis - CISPLGBT".
- Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008, que aprova, na forma dos Anexos desta Portaria, a Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de saúde - SUS.
- Portaria nº 1707, de 18 de agosto de 2008, que "institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão".

- Decreto 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.
- Portaria nº 675/GM, de 30 de março de 2006, que "aprova Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que consolida os direitos e deveres do exercício da cidadania na saúde em todo o País".
- Portaria GM nº 2.673, de 21 de dezembro de 2004, que "aprova o Regimento Interno do Comitê Técnico de Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais - GLTB, e dá outras providências".
- Portaria nº 2.227/GM, de 14 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a criação do Comitê Técnico para a formulação de proposta da política nacional de saúde da população de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - GLTB".
- Resolução-RDC nº 153, de 14 de junho de 2004, que "determina o Regulamento Técnico para os procedimentos hemoterápicos, incluindo a coleta, o processamento, a testagem, o armazenamento, o transporte, o controle de qualidade e o uso humano de sangue, e seus componentes, obtidos do sangue venoso, do cordão umbilical, da placenta e da medula óssea".
- Portaria nº 2.313, de 19 de dezembro de 2002, que "institui Incentivo para Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DST".

OUTROS DOCUMENTOS

- Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes.
- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes.
- Carta dos direitos dos usuários da saúde.

- Mais saúde: direito de todos 2008–2011.
- Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo.
- Informe Técnico Institucional. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.
- Nota Técnica Nº163/2006/SVS/SAS/MS, sobre a "Ação Civil Pública nº 2006.40.00.001761 – 6 / 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí/PI - Sobre a doação de sangue por gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH)".
- Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 001, de 22 de março de 1999, que "estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual".
- Resolução nº 1.955/2010, do Conselho Federal de Medicina, que "dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/2002.
- Guia de Prevenção das DST AIDS e Cidadania para Homossexuais.
- Documento elaborado para subsidiar o debate sobre a Saúde da População GLBTT na Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, apresentando oposição do Ministério da Saúde.
- Documento relativo a I Jornada Nacional sobre Transexualidade e Saúde: a Assistência Pública no Brasil, setembro de 2005, Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) e Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde.
- Carta de OTTAWA - Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Ottawa (Canadá), em novembro de 1986.
- Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde.

PLANOS E PROGRAMAS

Amazonas

- Plano Estadual de Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DST no Amazonas.

Ceará

- Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Aids do Ceará.
- Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre População de gays, HSH e travestis.

Distrito Federal

- Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre População de gays, HSH e travestis.
- Plano Integrado de enfrentamento da feminização à epidemia da Aids e outras DST do Distrito Federal.

Goiás

- Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre a População de gays, HSH e travestis.
- Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemia da Aids e outras DST do Estado de Goiás.

Pará

- Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemia da Aids e outras DST do Estado do Pará.
- Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre População de gays, HSH e travestis.

Paraná

- Plano estadual de enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre população de gays, HSH e travestis.
- Plano Estadual de Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DST no Paraná.

Piauí

- Plano Estadual de Combate a Feminização da Aids.
- Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST Entre a População de Gays, HSH e Travestis.

Rio de Janeiro

- Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre a População de Gays, HSH e Travestis.

Rio Grande do Sul

- Plano Estadual de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre população de Gays, HSH e Travestis.
- Plano Estadual de Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DST no Rio Grande do Sul.

São Paulo

- Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de DST/Aids no Estado de São Paulo.
- Plano Estadual de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre População de Gays, HSH e Travestis.

Paraná

- Resolução SESA nº 188/2010, que “dispõe que os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, nos serviços de saúde, devem incluir e usar o nome social das pessoas travestis e transexuais em todos os registros relativos aos serviços públicos sob sua responsabilidade, como fichas de cadastro, formulários, prontuários e outros documentos congêneres”.

Rio de Janeiro

- Resolução SESDEC (Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil) nº 817, de 03 de setembro de 2009, que “cria o grupo de trabalho permanente de políticas de saúde, cidadania LGBT e combate à homofobia e designa os seus membros colaboradores”.
- Decreto nº 42.012 / 2009, que “Dispõe sobre certificado de gestão integrada em saúde, segurança e ambiente do trabalho”.

São Paulo

- Portaria CCD/CRT-DST/AIDS nº 1, que dispõe sobre “protocolo clínico nos ambulatórios de saúde para travestis e transexuais”.

OUTROS DOCUMENTOS

São Paulo

- Resolução Cremesp nº 208, de 27 de outubro de 2009, que “dispõe sobre o atendimento médico integral à população de travestis, transexuais e pessoas que apresentam dificuldade de integração ou dificuldade de adequação psíquica e social em relação ao sexo biológico”.

GOVERNOS MUNICIPAIS (CAPITAIS DE ESTADOS)

OUTROS DOCUMENTOS

Rio de Janeiro

- As Travestis no Programa Saúde da Família da Lapa.